
NCA-SGD

EXPERIÊNCIAS, PESQUISAS E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO APÓS TRINTA ANOS DO ECA: RACISMO NA INFÂNCIA E SEUS REBATIMENTOS NA VIDA COTIDIANA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NEGRAS/OS

NCA-SGD

Boletim nº 05 | Novembro 2021

PEPGSS | PUC-SP





EXPEDIENTE:

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo | PUC-SP
Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social | PEPGSS
**Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças e Adolescentes com
Ênfase no Sistema de Garantia de Direitos | NCA-SGD**
Coordenação: Eunice Teresinha Fávero
Rua Monte Alegre, 984 | Perdizes | São Paulo-SP | CEP 05014-901
Site: www.pucsp.br/nca-sgd
E-mail: nucleoncasgd@pucsp.br

Boletim NCA-SGD | Ano 02 | Número 05 | 2º Semestre | Novembro 2021

Editoria: Profa. Dra. Eunice Teresinha Fávero

Diagramação: Adeildo Vila Nova

PESQUISADORAS/ES

2º semestre 2021

Pesquisadoras/es discentes

Doutorandas/os:

Prof. Ms. Adeildo Vila Nova
Prof. Ms. Alan de Loiola Alves
Profa. Ms. Carla Cristina Teodoro
Profa. Ms. Giovanna Cannêo
Profa. Ms. Gracielle Feitosa de Loiola
Profa. Ms. Laís Oliveira Souza
Profa. Ms. Lucimara Bezerra de Lima Gonçalves
Profa. Ms. Luiza Aparecida de Barros
Profa. Ms. Maria Cristina de Oliveira
Profa. Ms. Mayara Martins de Sousa

Mestrandas/os:

Alice Vettorazzo Kalil Matos
Carla Martins de Oliveira
Daniel Tadeu Alves
Gislene Aparecida da Silva
Hílkia Maria de Carvalho
Mariana da Silva Santos
Michele Borges
Rafael Candeloro Campoi
Tatiana Cetertich
Thaís Yumi Matsumoto

Pesquisadoras/es associadas/os e convidadas/os:

Profa. Dra. Abigail Aparecida de Paiva Franco
Profa. Dra. Alberta Emília Dolores de Gois
Profa. Dra. Edna Ferreira
Profa. Dra. Rita de Cássia Silva Oliveira
Profa. Dra. Valdenia Paulino Lanfranchi
Profa. Dra. Vanessa Rombola Machado
Profa. Ms. Dilza Silvestre Galha Matias
Profa. Ms. Luciana Prates Cordeiro

Profa. Ms. Marcia Cristina Campos
Profa. Ms. Yone da Cruz Martins de Campos
Assistente Social Caíque Neves
Assistente Social Bárbara Canela
Assistente Social Natacha de Oliveira Souza
Assistente Social Priscila Monteiro
Bacharel em Direito Márcia Cardoso

GT Comunicação:

Adeildo Vila Nova
Carla Martins de Oliveira
Eunice Fávero
Luiza Aparecida de Barros

Mariana da Silva Santos
Rafael Candeloro Campoi
Thaís Yumi Matsumoto

NCA-SGD - Experiências, pesquisas e produção de conhecimento após trinta anos do ECA: racismo na infância e seus rebatimentos na vida cotidiana das crianças e adolescentes negras/os

Apresentação

O Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças e Adolescentes – ênfase no Sistema de Garantia de Direitos, do PEPGSS/PUCSP, buscando contribuir com a efetiva proteção integral de crianças, adolescentes e jovens, realizou durante o ano de 2021, para além de sua pesquisa central¹ e como subsídio a ela, uma série de encontros e debates visando recuperar e difundir várias de suas produções ao longo de sua existência. Entre esses debates, destacam-se um encontro com o tema: “Acolhimento de Crianças e Adolescentes - normativas, pesquisas e interlocuções”, outro, sobre “Medidas Socioeducativas: limites, desafios e possibilidades para a efetivação dos direitos das/os adolescentes”, e o encontro que tratou do tema “Racismo na Infância”. Desses três eventos, trazemos neste número a síntese das reflexões apresentadas no debate sobre Racismo na Infância, recuperando fundamental e pioneira pesquisa envolvendo a temática. Na sua trajetória o NCA acolheu muitas pesquisadoras/es que vieram do “chão” do trabalho cotidiano. Entre elas/es está a assistente social Ana Maria da Silveira, que ingressou no Núcleo como convidada, para participar de estágio de pesquisa sobre a perda do poder familiar, e em seguida foi fazer seu mestrado, trazendo como tema a adoção de crianças negras – que foi a primeira pesquisa do NCA que tratou da questão racial – defendida em 2002. Assim, é destaque neste Boletim esta importante pesquisa, assim como são apresentadas sinteticamente, produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social sobre a questão racial, e três pesquisas em andamento, que envolvem infância e questão racial – na exploração sexual comercial, no futebol e na história social da infância negra.

Em tempos de continuadas violações de direitos e violências contra a população negra e pobre, em especial contra seus/suas crianças, adolescentes e jovens, trazemos um pouco da produção de conhecimentos sobre a questão racial, com foco no racismo na infância, se apresenta como contribuição necessária para o urgente enfrentamento dessa tragédia social, que percorre a história deste país desde sua invasão, em 1500.

Eunice Fávero | Coordenadora NCA-SGD
Novembro | 2021

¹ Projeto de pesquisa sobre “INFÂNCIAS, JUVENTUDES, FAMÍLIAS E SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS APÓS 30 ANOS DO ECA: interinstitucionalidades, intersetorialidades, trabalho social/trabalho profissional e dinâmicas socioterritoriais” – em andamento.

SUMÁRIO

ANA MARIA DA SILVEIRA: o pioneirismo do debate sobre racismo na infância e seus rebatimentos na vida cotidiana das crianças e adolescentes negras(os)	4
Introdução	4
Ana Maria da Silveira, a singularidade e determinação de uma mulher negra.....	5
O pioneirismo do livro Adoção de crianças negras: inclusão ou exclusão?	6
Pesquisas sobre racismo e sobre racismo na infância	10
Pesquisas atuais sobre infância e racismo	12
Racismo na infância	12
O seguimento das pesquisas sobre racismo na infância	15
Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Mercosul	15
Racismo nas categorias de base do futebol brasileiro	16
História social da criança negra no Brasil	17
Considerações finais.....	18
Referências.....	20

**ANA MARIA DA SILVEIRA:
o pioneirismo do debate sobre racismo na infância e seus
rebatimentos na vida cotidiana das crianças e adolescentes negras(os)²**

*Adeildo Vila Nova³
Alan de Loiola Alves⁴
Dilza Silvestre Galha Matias⁵
Michele Borges⁶*

Introdução

Falar sobre racismo na infância e seus rebatimentos na vida cotidiana das crianças e adolescentes negras/os não é tarefa fácil, uma vez que rouba a infância de crianças negras, pois crianças brancas não são expostas a uma série de situações que crianças negras são, quando seus pais precisam orientar e enfatizar para não abrirem um pacote de biscoito no supermercado antes de pagar, a não abrirem a mochila dentro de uma loja, não encararem policiais, sempre baixarem a cabeça, não correrem. Essas são algumas das recomendações que fazem parte do *código de sobrevivência* que não está escrito em nenhum lugar, mas é transmitido entre as gerações de negras/os do nosso país.

No que se refere à beleza, as crianças são levadas a odiar a cor da sua pele, o formato dos seus lábios e nariz e aprendem que seu cabelo é *ruim*. Emicida na música *Cê lá faz ideia*⁷ diz: “Nossas crianças sonham que quando crescer vai ter cabelo liso” e “Cê sabe o quanto é comum, dizer que preto é ladrão antes mesmo de a gente saber o que é um”. Debater, refletir e estudar esta violência estrutural faz-se mais do que necessário e urgente, haja vista a realidade concreta vivida por esse segmento populacional, uma vivência de violências, que deixa marcas indelévels e precisa ser rompida imediatamente.

O desafio de compreender o processo de exclusão das crianças negras na sociedade brasileira fez com que a Ana Maria levasse essa preocupação para a academia e para os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social. Esta foi uma das lutas da professora, dentre

² Tema da live em homenagem à professora e assistente social Ana Maria da Silveira, realizada em 11 de junho de 2021 e transmitida ao vivo pelos canais do NCA-SGD e da TV PUC no YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OCBHgKkWeCg>. Acesso em 20 nov. 2021.

³ Doutorando em Serviço Social (PUC-SP)

⁴ Doutorando em Serviço Social (PUC-SP)

⁵ Mestra em Serviço Social (PUC-SP)

⁶ Mestra em Psicologia Social (PUC-SP)

⁷ EMICIDA, Cê Lá Faz Ideia. São Paulo: Laboratório Fantasma: 2010. 2:18'. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=7zwWSKdTyNo>. Acesso em 18 nov. 2021.

outras, constituída como um marco importante nos estudos sobre a adoção de crianças negras.

Ana Maria da Silveira, a singularidade e determinação de uma mulher negra

Ana Maria, mulher negra, nasceu em 27 de abril 1952, em Monsenhor Paulo, cidade localizada ao sul de Minas Gerais, onde cursou até o magistério. Decidiu vir para São Paulo para prosseguir os estudos. Trabalhou para garantir seu sustento e pagar seu curso de Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e, muitos anos depois, ingressou no mestrado na mesma área de sua formação, concluído em 2002. Já havia se aproximado da academia por meio do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Crianças e Adolescentes da PUC/SP (NCA-PUCSP), coordenado pela professora Myrian Veras Baptista. À ocasião participou de pesquisa sob a coordenação da professora Eunice Teresinha Fávero sob o título *Perda do Pátrio Poder: Aproximações a um estudo socioeconômico*⁸. Outras pesquisas se sucederam, mas essa podemos dizer que lhe aferiu a certeza do seu desejo de prosseguir no estudo acadêmico, o que também ocorreu com outras colegas que participaram desse projeto.

A trajetória profissional como assistente social foi marcada pelo seu trabalho no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) a partir de 1983. Participou da Comissão de Representantes das/os Técnicas/os do Tribunal de Justiça, órgão que representava as/os assistentes sociais e psicólogas/os, culminando na fundação da Associação das/os Assistentes Sociais e Psicólogas/os do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (AASPTJ-SP), em 1992, onde exerceu o cargo de primeira-secretária na Diretoria da gestão 2005-2009. Além disso, foi professora em Curso de Especialização de Serviço Social na Área Judiciária da Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão (COGEAE) da PUC-SP (2005/2006), assim como em Curso de Especialização da Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL) em 2008. Na graduação em Serviço Social exerceu a docência na UNICSUL e, posteriormente no Centro Universitário Monte Serrat (Unimonte), atual Universidade São Judas Tadeu (USJT) em Santos, pelo período compreendido entre 2007 e 2009.

As reflexões sobre o racismo, relações de gênero, infância e o cotidiano profissional das/os assistentes sociais permearam a trajetória profissional da Ana Maria, pois sempre

⁸ Pesquisa realizada por um grupo de assistentes sociais que trabalhavam no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP). Foi realizada em parceria com a Fundação Orsa e vinculada ao NCA-SGD/PUC-SP. A pesquisa foi publicada em 2000, motivo pelo qual se fez uso da figura jurídica pátrio poder. A partir da alteração do código Civil em 2002 adotou-se poder familiar, para designar a corresponsabilidade de cuidados e deveres.

questionou as contradições existentes na sociedade, apontando o apagamento histórico da luta da população negra e descortinando a hegemonia branca nas relações sociais brasileiras.

As indagações realizadas por Ana Maria foram levadas para a academia na dimensão da construção do conhecimento, e ela dedicou-se a estudar e compreender suas inquietações frente à realidade social injusta e desigual na qual crianças pretas são vistas como não sujeitos, em que lhes é negada até mesmo a cidadania. Sua dissertação de mestrado intitulada “Particularidades da Adoção: a questão da Etnia”, publicada no seu livro *Adoção de Crianças Negras: inclusão ou exclusão*⁹ escancara uma realidade sabida e não falada nos processos judiciais, sobretudo quando envolve crianças pretas. Revela a seletividade da escolha na adoção, e expõe a questão do preconceito racial e étnico, expressa nos documentos da instituição judiciária. Ana Maria revelou, tanto para a academia como para as Varas da Infância e Juventude, contradições que estão implicadas ao problematizar ambiguidades entre os avanços da lei, fundados no princípio da proteção integral, ancorados na Constituição de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990) e o efetivo acesso à Justiça de segmentos pobres da população brasileira, que têm raça/cor e território muito bem definidos, e a necessidade de trazer para o interior da instituição a reflexão sobre as práticas e como estas implicam em discriminação e reforçam preconceitos. Sinalizou a necessidade de muitas outras instituições e profissionais compreenderem a questão racial presente na estrutura da sociedade brasileira e que está instalada nas instituições, sendo necessário romper com representações e modelos ideologicamente assumidos.

Ana Maria batalhou para alcançar seus objetivos, lutou por suas convicções, militou fervorosamente no campo infanto-juvenil, racismo e sociojurídico. Construiu amizades sólidas, um amor além-mar, Lorenzo, com quem se casou. Conviveu o quanto pode com seus pais, seus 12 irmãos e muitos sobrinhos. Ana Maria nos deixou em setembro de 2013.

O pioneirismo do livro *Adoção de crianças negras: inclusão ou exclusão*?

Este livro da professora Ana Maria da Silveira é fruto da sua pesquisa de mestrado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social (PEPGSS) da PUC-SP, da qual resultou na sua dissertação sob o título “Particularidades da Adoção: a questão da Etnia”, se constituindo como uma das primeiras pesquisas, no âmbito do PEPGSS/PUC-SP, sobre o

⁹ Editora Veras (2005). Disponível para venda em: https://www.portaldoslivreiros.com.br/livro.asp?codigo=4855698&titulo=Adocao_de_Crianças_Negras:_Inclusao_Ou_Exclusao?_-_1%C2%AA_Edicao

racismo na infância, especialmente no que se refere aos processos de adoção e/ou colocação de crianças em famílias substitutas.

Logo de início, na apresentação do livro, o psicólogo Fernando Freire, da Associação Brasileira Terra dos Homens, ressalta a importância da sua pesquisa por preencher “uma grande lacuna” sobre o tema da adoção de crianças negras, chamando a nossa atenção para as crianças que são “abandonadas em função da sua pele” e acrescenta que elas “viam-se sem perspectiva de encontrar uma família por adoção”. FREIRE (2005) reflete sobre o interesse de Ana Maria na adoção interracial ao mesmo tempo em que denuncia a ausência de estudos com essa perspectiva. Aponta a abordagem clássica da adoção em revistas e livros, neste último seus aspectos quase exclusivamente jurídicos e quase nada sobre suas manifestações sociais. Apresenta algumas mudanças na sociedade sobre as questões do abandono, da institucionalização e da adoção, denunciando que

Entretanto, sobre a adoção de crianças negras quase nada mudou nos últimos 10 anos. Uma grande lacuna permanecia, com grande prejuízo, humano e social, para todas as crianças que, abandonadas em função da cor da sua pele, viam-se sem perspectivas de encontrar uma família por adoção. (FREIRE, 2005, p. 12)

O livro foi prefaciado pela amiga e assistente social do TJ-SP Dilza Silvestre Galha Matias, pesquisadora convidada do NCA-SGD/PEPGSS/PUC-SP. No seu prefácio, MATIAS (2005) destaca o engajamento e compromisso ético e profissional com o trabalho ancorado na relação teoria-prática na busca por respostas às suas inquietações. Aponta a sua dedicação, entre tantos outros, ao tema da adoção, especialmente a adoção de crianças negras. Ressalta o caráter combativo das suas elaborações teóricas no sentido de provocar os leitores a uma revisão de seus valores e posicionamentos políticos e ideológicos.

Coloca em xeque os estereótipos e provoca a revisão de posicionamentos, ou ao menos a reflexão quanto ao destino de determinadas crianças. Neste sentido, aqueles que lidam diretamente com a temática devem e podem valer-se deste estudo como meio de refletir sobre suas práticas, reconstruir e construir suas ações na perspectiva de superar práticas reiterativas e alienantes. (MATIAS, 2005, p. 16)

As provocações importantes, necessárias e urgentes da professora Ana Maria da Silveira podem ser vistas já nas primeiras linhas da introdução do livro. Apontando que a cor da pele se apresenta como um importante dificultador do acesso das crianças negras ao direito à convivência familiar adotiva, ela faz uma reflexão sobre as particularidades do racismo no Brasil, que foi forjado sob a égide do dito mito da democracia racial e suas implicações na vida cotidiana de crianças negras, especialmente no que se refere ao seu abandono, à sua institucionalização e à sua adoção.

No transcorrer de minha vida profissional como assistente social no campo da justiça infanto-juvenil, percebi que crianças e jovens não são adotados em razão de serem negros. Apesar da constatação do abandono pela autoridade judiciária, esse segmento da sociedade é o que menos chances tem de ser inserido em uma família. (SILVEIRA, 2005, p. 17)

No Capítulo 1, sob o título “Dilemas e contradições no acesso a direitos fundamentais”, a autora aborda a questão das desigualdades entre classes e grupos raciais decorrentes da concentração de poder e da riqueza nas mãos de uma minoria, aliada à discriminação racial. Nota-se já neste capítulo sua crítica ao sistema capitalista sob o qual o Brasil se estabelece, causando desigualdades e iniquidades exacerbadas que trazem consequências desastrosas para a população brasileira, especialmente para as infâncias do nosso país.

Logo em seguida denuncia as subjetividades nos critérios de seleção na prática adotiva, restringindo o acesso de crianças e jovens negros a lares adotivos. Discute ainda a normatização dos cadastros de adoção e o perfil das/os pretendentes a pais e mães adotivos/as que são devidas e cuidadosamente tratadas no Capítulo 2 da publicação com o título “A seletividade nas práticas judiciárias”.

Percebe-se sua grande preocupação com o que escreve quando faz questão de conceituar algumas categorias sociais como raça e etnia para que o leitor possa fazer suas análises partindo de uma elaboração com base em conceitos retirados de várias elaborações e reflexões e não apenas em suposições desprovidas de qualquer rigor científico. Ela trata dessa questão no Capítulo 3, intitulado “Categorização racial nas práticas adotivas”, conceitua raça e etnia apontando criticamente a categorização racial e a maneira como as crianças negras são classificadas nos procedimentos e nos processos de adoção e como alguns detalhes fenotípicos contribuem para a sua exclusão.

Um panorama histórico do abandono de crianças brasileiras é apresentado no Capítulo 4 com o título “Contornos da adoção”, no qual destaca a cultura do abandono, suas concepções, representações e as alterações da mentalidade acerca dos cuidados às crianças, adolescentes e jovens.

No Capítulo 5, a professora e assistente social nos fornece elementos para pensar a família no contexto da Justiça infanto-juvenil, enfocando algumas reflexões sobre a família e seus diferentes significados no contexto da adoção, entendendo que suas representações e particularidades constituem um cenário de muitas contradições.

Sob o título “Branco e negro no acesso à convivência familiar adotiva”, no Capítulo 6, Ana Maria apresenta uma síntese da pesquisa defendida na sua dissertação de mestrado, em tópicos que resumem o seu esforço e o seu compromisso com a pesquisa acadêmica crítica e comprometida com os valores éticos e morais que tanto defendeu até os últimos dias de sua vida. Ela apresenta o perfil do adotando, os assemelhados na ordem das preferências, o sistema de colocação de crianças negras em lares estrangeiros, a inserção de crianças em famílias brasileiras, o perfil das crianças adotadas e os indicadores da não-inserção de crianças negras em lares adotivos. Em resumo, ela nos apresenta a discussão da questão racial na prática adotiva, como espinha dorsal do seu estudo, com o aprofundamento da fundamentação teórica, a partir das análises quantitativas e qualitativas dos conteúdos extraídos dos autos processuais e da fala das/os profissionais entrevistadas/os.

A professora e assistente social Ana Maria da Silveira apresenta a conclusão com uma série de constatações que são fundamentais para entender o processo de exclusão das crianças negras no que se refere à adoção e inclusão de crianças negras em lares de famílias substitutas no Brasil. Entre suas constatações as de que 1) certos procedimentos têm contribuído para a perpetuação do preconceito racial; 2) crianças negras têm sido preteridas por não se encaixarem em determinados padrões de beleza do imaginário social; 3) as famílias buscam uma criança idealizada e sequer cogitam a ideia de exercitar a alteridade e o convívio com as diferenças; 4) os indicadores de não-inserção de crianças negras nos procedimentos de adoção demonstram que o negro continua sofrendo os efeitos de uma sociedade preconceituosa, pautada na ideologia dominante de uma estética branca; 5) ser negro no Brasil significa ter oportunidades reduzidas em todos os setores da sociedade; 6) ao denominado preto, negroide ou com traços negroides predominantes, resta apenas o abrigo e pouquíssimas chances de inclusão na ordem de preferência da adoção nacional.

Como profissional comprometida com a sua prática e com os valores registrados no Código de Ética Profissional e na Lei que Regulamenta a Profissão de assistentes sociais, Ana Maria nos apresenta algumas proposições que considera fundamental e indispensável para alteração das condições identificadas nos seus estudos, tais como a necessidade de tratar com profundidade a questão racial no âmbito das adoções, entendendo que as aproximações e a interlocução com os movimentos negros, a preparação dos pretendentes à adoção, independentemente de suas origens raciais, apresentam-se como alternativas que podem auxiliar no combate à discriminação e ao preconceito racial no campo das adoções.

Pesquisas sobre racismo e sobre racismo na infância

O pioneirismo da sua obra e as demais obras surgidas posteriormente - ainda em número muito reduzido historicamente - permitiu desvelar não somente a realidade das crianças negras no processo de adoção, mas também os debates sobre racismo e seus rebatimentos na vida cotidiana das crianças e adolescentes negras no país, no qual identificamos algumas pesquisas sobre a temática, que foram realizadas no âmbito do PEPGSS da PUC-SP ao longo das últimas décadas e que reverberam nas pesquisas atuais desenvolvidas pelas/os pesquisadoras/es do NCA-SGD.

Para empretecer esta análise, realizamos um levantamento¹⁰ na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – TEDE (Sistema de Teses e Dissertações) da PUC- SP, especificamente no PEPGSS, para identificar a quantidade e que estudos sobre a questão racial foram realizados por este Programa. A busca foi realizada por palavras chaves tais como: raça, racismo, etnia, negra/o, preta/o, questão racial.

As dissertações e teses localizadas foram organizadas na tabela que segue abaixo:

	ANO	TÍTULO	AUTOR	TIPO
1	2005	Os grupos juvenis na periferia: recompondo relações de gênero e de raça/etnia São Paulo 2004/2005	Vera Maria Lion Pereira Rodrigues	Tese
2	2007	Sagrado/profano no trato do corpo e da saúde na metrópole negra: Salvador nos anos 1950/1970	Vilma Maria Nascimento	Tese
3	2010	A Diferença está na pele? Depoimentos de mulheres negras e brancas presas na Penitenciária de Sant’ana	Ana Luiza de F. Biazetto	Dissertação
4	2011	Questão racial e serviço social: uma reflexão sobre o racismo institucional e o trabalho do assistente social	Márcia Campos Eurico	Dissertação
5	2011	Política de equidade de gênero e de raça/etnia na empresa Fersol – Mairinque/SP: uma experiência em construção – 1996/2010	Eliana Aparecida Francisco	Dissertação

¹⁰ Levantamento realizado em maio de 2021 e somente por meio eletrônico, em razão da pandemia.

6	2013	Institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil: percursos e estratégias 1986 a 2010	Matilde Ribeiro	Tese
7	2016	Racismo e resistência à discriminação uma contribuição ao estudo das lutas sociais das negras e dos negros da classe trabalhadora	Diogo Joaquim Santos dos	Dissertação
8	2016	Mulheres negras idosas: a invisibilidade da violência doméstica	Ilka Custódio de Oliveira	Tese
9	2016	Os reveses da ausência: as "questões raciais" na produção acadêmica do Serviço Social no Brasil (1936-2013)	Ruby Esther Léon Diaz	Tese
10	2017	Campo de terra, campo da vida: interfaces das expressões cotidianas, as alternativas de resistência popular e o Negritude Futebol Clube	Roberta Pereira da Silva	Dissertação
11	2018	Preta, preta, pretinha: o racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes negras (os) acolhidos (as)	Márcia Campos Eurico	Tese
12	2019	Descolonização do currículo: a questão racial na formação acadêmica do assistente social	Verônica Gomes Vassalo	Dissertação
13	2019	Modo de vida dos imigrantes africanos na cidade de São Paulo: a trajetória dos angolanos	Beatriz Adão Pascoal da Costa	Dissertação
14	2019	Serviço Social e luta antirracista: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo	Tales Willyan Fornazier Moreira	Dissertação
15	2020	A flor que nasce do impossível chão: lutas e resistências de mulheres negras na periferia da zona sul São Paulo	Eliana Pereira Silva	Tese

Fonte: Levantamento realizado por Dilza Silvestre Galha Matias, 2021.

Com base na tabela acima, destacamos que a professora Ana Maria da Silveira foi a primeira a estudar sobre a questão étnico-racial no PEGSS da PUC-SP e que depois do seu estudo foram produzidas outras 15 pesquisas (dissertações e teses) com ênfase nessa temática. Além disso, pode-se salientar que nos últimos anos avançaram pesquisas sobre cor-raça-etnia neste programa, porém a relação com a infância ainda é pouco aprofundada.

Pesquisas atuais sobre infância e racismo

Conforme explicitado, nos últimos anos tem aumentado o número de pesquisas sobre a questão étnico-racial no interior do Serviço Social, inclusive nas pesquisas dos discentes do PEPGSS da PUC-SP, no qual a área da infância, adolescência e juventude tem, desde a professora Ana Maria da Silveira, avançado nos estudos. Entre eles será destacada neste texto pesquisa realizada pela professora Márcia Campos Eurico e três pesquisas em andamento no programa, desenvolvidas por pesquisadoras/es do NCA-SGD atualmente.

Racismo na infância

Iniciamos com o estudo da Professora Márcia Campos Eurico na sua tese de doutorado¹¹ e no seu livro *Racismo na Infância*, no qual a própria autora destaca na apresentação que:

Este livro se apresenta como um dos desdobramentos de meu trabalho enquanto assistente social, identidade profissional erigida sobre a minha condição de mulher, negra, militante, nascida e criada na periferia da região leste da cidade de São Paulo e que desde a infância sente o quanto a ideologia racista impacta de maneira violenta na vida das famílias negras brasileiras.

Acrescentando que:

O esforço para captar a incidência do racismo na infância e adolescência resultou na pesquisa de doutoramento realizado no Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a partir das minhas inquietações acerca da persistente realidade de crianças e adolescentes negras (os) nos Serviços de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes (Saicas), preteridas (os) nos processos de adoção, e de que maneira o Sistema de Garantia de Direitos enfrenta essa face do racismo institucional e busca medidas para minimizar seus impactos sobre esse grupo populacional. (EURICO, 2020, p. 15-16)

Cada capítulo do livro daria um artigo e uma discussão extensa, mas em razão do limite deste texto, destacamos apenas alguns pontos. No capítulo *Família brasileira... Dois contra o mundo...*, a autora aponta algumas situações relatadas por equipe de Serviço de Acolhimento Institucional - SAICA, que demonstra a importância desse debate:

Uma situação de discriminação racial de um educador com um acolhido e que deixava muito bem claro que não gostava de negros: a criança vinha

¹¹ Tese defendida em 2018 sob o título: *Preta, preta, pretinha: o racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes negras (os) acolhidos (as)*.

para abraçar ele gritava “sai daqui seu negrinho”, dessa forma!!! “Sai daqui seu negrinho” (...)

Tinha uns sete anos. Sim. Todos presenciavam! Todos viam isso, dos educadores até os acolhidos, até as técnicas. (...) A criança retrucava... Sim. Corria para outro colo, para aquela pessoa que quer dar o afeto para ela, mas ela sentia. (p. 120)

O relato refere-se aos maus-tratos em relação a uma criança de apenas sete anos de idade! Essa criança foi submetida diversas vezes a uma situação de humilhação, validada por todas as outras pessoas presentes no serviço. É importante salientar que o silêncio é cúmplice da violência e, no caso do racismo, o não direito ao afeto será introjetado como verdade por esse menino, por ser negro. O ato é criminoso, mas permanecerá encoberto, porque silenciado por todas/os. As paredes da instituição oferecem a segurança necessária para que o profissional desfira seu ódio étnico-racial em relação a uma criança, institucionalizada e desprotegida, certo da impunidade que lhe assiste. Para ele, não se trata de uma criança, na qualidade de sujeito de direitos, que precisa ser respeitada. Trata-se apenas de um “negrinho”, um não ser, a quem se pode destratar sem o menor constrangimento. (p. 121)

Esse aspecto do *não ser* apontado pela autora é de grande importância, pois rege muitas das práticas vivenciadas tanto no ambiente institucional, como fora dele. Neste mesmo capítulo outra situação é relatada:

A (criança) mais comportada é o Gabrielzinho, que chegou agora. Tem quatro anos. Vai fazer duas semanas que ele está aqui (...) porque ele é bem-educado, tudo ele fala obrigado, tudo ele fala tia (...) eu acho que é a primeira vez (...). É isso que eu falo (...) Será que ele já passou por Saica? (...) Porque ele é muito esperto. Dá descarga sozinho.

Eu acho que ele é da rua, do morrão “tia”, porque ele é bem ligeiro. Sabe, essas crianças que é... Anda com a mãe na rua... Na favelinha mesmo. É bem articulado (...) comunidade, periferia, ele é bem andado, bem conhecido, é bem articulado, ele fala muito bem. Ele vem: “me dá um abraço?”, igual no primeiro dia, aí a gente fica: “Ahhh... Que neguinho lindo!”. Muito educado. (p. 121 – 122)

O enraizamento da ideologia racial está tão sedimentado que, na fala da equipe, fica latente o quanto esse “neguinho lindo” está fora do prumo. As qualidades do garoto são um ponto de convergência no grupo, mas, em vez de propiciarem um questionamento dos estereótipos acerca das crianças negras, fortalecem a ideia do menino malandro, que se “vira” bem, porque é da favela, onde reina supostamente o “jeitinho brasileiro” para se dar bem na vida. O menino negro que se apresenta com significativa autonomia aos 4 anos de idade é qualificado como um menino “da rua”. Essa conclusão é absolutamente violenta e causa profundo pesar, na medida em que essa criança está sob os cuidados de adultos que já a colocam na condição de suspeita, fato que certamente se reproduzirá na adolescência, nas sucessivas abordagens policiais a que será submetida, estando ou não em situação de acolhimento institucional. (p. 122)

Nesse relato fica evidente tanto a violência com as crianças, como com as famílias, já que a autonomia e educação dada à criança é apagada e as qualidades do garoto é atribuída apenas à sua vivência na rua.

Nas Considerações Finais a autora traz reflexões importantes:

(...) todas as crianças e adolescentes gozam dos direitos fundamentais à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Para efetivação desses direitos criam-se, de tempos em tempos, novas regras, que ora modificam, ora ampliam o Estatuto da Criança e do Adolescente promulgado na década de 1990. Chama atenção o fato de que tais mudanças só ocorrem em regime de urgência quando são motivadas por uma situação concreta, vivenciada por uma criança ou adolescente e que provoca comoção geral da sociedade, como no caso da Lei n. 13.010/2014, mais conhecida como “Lei Menino Bernardo”, que proíbe o uso e castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante na educação de crianças e adolescentes. Em se tratando de crianças e adolescentes negros e pobres, que cotidianamente são vítimas da violência do Estado, seja via ação policial, seja via membros da sociedade incomodados com a presença dos ‘menores’ em determinados lugares, seja via institucionalização, as ações truculentas são entendidas como medidas corretivas e aplicadas com intuito de garantir a “paz social”. (p. 154)

As ações aclamadas pela *sociedade de bem* estão permeadas pelo racismo e basta imaginar que além do exemplo dado pela autora, podemos pensar em outros tantos, como o fato de sempre que acontece alguma situação de violência cometida por adolescentes brancos/as/es, o debate público – sobretudo da mídia – aponta tais adolescentes como *garotos/as/es* e fica circunscrito, em geral, à violência fomentada por jogos de videogame, por exemplo, mas quando se trata de adolescentes negros, é comum os termos *menor*, *delinquente*, *infrator*, e o debate invariavelmente segue para a defesa da redução da maioria penal.

Sobre as práticas institucionais a autora aponta:

Se o cotidiano é lugar de reprodução de práticas irrefletidas e carregadas de ideologia, os serviços de acolhimento institucional também incorporam essas práticas e reproduzem o racismo institucional, sem grandes constrangimentos, porque representam o Estado que se colocou no eminente papel de guardião da infância e da adolescência “pobres”. O público-alvo dos serviços de acolhimento institucional tem história, tem classe social e tem raça / cor, de modo que a tarefa prioritária é fazer emergir essa história, para que se possa conhecer a essência do fenômeno de acolhimento como mais uma manobra do capitalismo de controle sobre a classe trabalhadora. (p. 155)

Há muito sabemos que há uma relação intrínseca entre classe social e racismo, fruto da constituição de um país que teve como base na sua colonização o genocídio de índios, a escravização de povos negros raptados de África, de outros continentes e um pós-abolição sem nenhuma política pública para inserção da população negra na sociedade, o que resulta, entre outros, nas periferias serem sua maioria formada por pessoas negras e pardas.

Outro dado que corrobora essa temática é o fato de as crianças e adolescentes institucionalizados serem pertencentes à classe trabalhadora, em que o Estado se coloca como guardião por entender que essas famílias não são capazes de cuidar de seus filhos/as. É evidente que há casos em que essa medida de proteção é fundamental para assegurar algum cuidado protetivo, no entanto, sabemos que há muitas crianças e adolescentes em situação de risco, mas por fazerem parte da classe burguesa, não recebem visitas do conselho tutelar, quando chegam nos hospitais com sinais de violência física, sexual ou psicológica, tal órgão não é acionado, logo estas crianças e adolescentes não são as que estão nas instituições.

A autora finaliza nos convidando para uma importante reflexão:

Finalizo este trabalho com a certeza de que a luta antirracista só avança à medida que entendamos a pluralidade da vida, quando somos perturbados pelos danos causados pela violência étnico-racial e nos comprometemos, quando abandonamos o discurso conservador da igualdade e nos dispomos a pensar a partir da diversidade humana. Neste sentido, se a humanidade é diversa, obviamente crianças e adolescentes também o são. O desafio está em promover a equidade em espaços que foram pensados para conter corpos e mentes. (p. 162)

O seguimento das pesquisas sobre racismo na infância

Na atualidade estão sendo desenvolvidas três (3) investigações no PEPGSS da PUC-SP, por pesquisadores que compõem o NCA-SGD/PUC-SP, sendo que dois estudos discutem o racismo na infância e adolescência como objeto central: uma sobre o racismo no futebol de várzea, da pesquisadora Roberta Pereira da Silva e outro sobre as implicações do racismo na história social da criança negra no Brasil, de Adeildo Vila Nova; a terceira aponta a dimensão étnico-racial como um recorte, que é o caso da pesquisa sobre a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Mercosul, realizada pelo pesquisador Alan de Loiola Alves.

Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Mercosul

A pesquisa desenvolvida ao nível do doutorado pelo Alan de Loiola Alves, em fase de finalização, tem como objetivo geral analisar a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes nos países membros plenos do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) enquanto manifestação da “questão social”, tendo como uma das indagações do estudo se esta violência tem cor-raça-etnia. A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é uma manifestação da “questão social” presente na realidade social na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, operacionalizada por meio de cinco modalidades diferentes, porém articuladas:

atividades sexuais ou eróticas remuneradas ou com promessas de remuneração com crianças ou adolescentes, pornografia infantil, turismo sexual, tráfico para fins sexuais e casamento forçado, violentando milhões de meninas, garotas, meninos e garotos em todas as regiões dos países.

Esta pesquisa identificou que a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes nos países membros plenos do MERCOSUL encontra-se circunscrita na lógica de mercado, sendo determinada pela lógica do capital, exploração, demanda e oferta, ou seja, dentro do mercado do sexo. Além disso, afirma que esta manifestação da “questão social” nesses países possui cor-raça-etnia, já que a predominância das vítimas é de crianças e adolescentes negras (Brasil e Uruguai) e indígena (Argentina e Paraguai), destacando que no mercado do sexo a carne mais barata é a carne negra, uma vez que as crianças e adolescentes como também os adultos não-brancos estão mais expostos à prostituição de rua, que é o nível mais baixo, isto é, o mais perigoso e com valores de pagamento baixos. Já as vítimas brancas gozam de mais “prestígio” nesse mercado, pois encontram-se nos locais médios e altos da exploração sexual, inclusive vinculada com o mundo da moda.

Racismo nas categorias de base do futebol brasileiro

Outra pesquisa de doutorado é a de Roberta Pereira da Silva, que está em fase inicial e recebeu por ora o título de “COR-BOLA-AÇÃO: Considerações sobre o racismo nas categorias de base do futebol brasileiro”. A pesquisadora sinaliza que entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente denunciam inúmeras violações de direitos humanos há algum tempo e inclusive com o relatório¹² lançado em 2014, ano da Copa do Mundo de futebol realizada no Brasil, que identificou as violações de direitos e a necessidade de ações. Tal relatório concluiu que crianças e adolescentes estão sujeitas/os a pelo menos quatro riscos principais: 1) afastamento do ensino regular e profissionalização precoce; 2) exploração e abuso sexual; 3) ameaça à integridade física; 4) distanciamento da convivência familiar. As crianças/adolescentes em grande parte permanecem em alojamento e, cinco anos depois do relatório ter sido elaborado, dez adolescentes entre 14 e 16 anos foram mortos em um incêndio ocorrido no Centro de Treinamento (CT) Ninho do Urubu do Clube de Regatas Flamengo, no Rio de Janeiro, enquanto dormiam em um contêiner adaptado como

¹² Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA) Yves de Roussan. A infância entra em campo: riscos e oportunidades para crianças e adolescentes no futebol. Salvador, 2014. Disponível em: <http://www.listasconfef.org.br/arquivos/2019/com/infanciaemcampo.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2021.

alojamento, ou seja, as violações de direitos não só se mantêm como têm se intensificado. O que não está presente tanto no relatório quanto em teorizações sobre as categorias de base é a raça/cor das crianças e adolescentes presentes nos alojamentos em situação de institucionalização como os que compõem as referidas categorias e que não residem no clube. Importante destacar que dos dez adolescentes mortos no CT Ninho do Urubu, pelo menos oito eram negros.

Roberta aponta como o racismo estrutura as relações sociais no Brasil e, no caso das categorias de base, refletem a ultra responsabilização da criança e do adolescente, que irá “resolver” as expressões da questão social que afetam a si e suas famílias, pois ao tornar-se jogador poderá possuir recursos financeiros necessários para suprir o que não foi garantido a ele via sistema de garantia de direitos.

A doutoranda enfatiza que as expressões da questão social estão subsumidas à população negra no Brasil é de se considerar que a busca de ascensão social dar-se-á, entre outras estratégias, via o futebol. Uma vez que o futebol se apresenta no imaginário social como local privilegiado de democracia racial onde brancos e negros disputam em pé de igualdade a habilidade dos pés. A ideia de que o futebol representava a “união das raças” ganhou força a partir da sua profissionalização, que data do final da década de 1930. Entretanto, percebe a necessidade de elaboração crítica a respeito da forma como o futebol foi utilizado ao longo de sua história como disseminador do mito da democracia racial e como essa disseminação contribui para um ideário que o considera como lugar privilegiado do homem negro, bem como sua possibilidade de ascensão social. Entretanto há alguns estudos e análises que apontam uma discussão que se aproxima do seu objeto de pesquisa.

Neste sentido, ela pretende aprofundar os estudos sobre como se opera o racismo no futebol, revisitar as produções acadêmicas, como explicitar que possivelmente o racismo mantém-se presente no futebol, tendo como objeto da pesquisa o racismo institucional nas categorias de base dos clubes de futebol profissional.

História social da criança negra no Brasil

A pesquisa intitulada “História social da infância negra no Brasil: uma revisão crítica da história social da criança e do adolescente e seu apagamento e invisibilidade como expressões do racismo” do pesquisador Adeildo Vila Nova, busca construir uma historiografia social da infância negra no Brasil, identificando sua trajetória (in)visibilizada na formação social do país e

suas marcas no presente. Uma historiografia que vá além do aparente e do que foi escrito até o momento. Que busque retratar a infância negra nas suas mais diversas expressões, singularidades e especificidades. Uma infância há muito ignorada pela sociedade em geral, mas também pela academia. Buscar respostas sobre o lugar que as crianças, especialmente as crianças negras, ocuparam no período da sua escravização e de suas famílias, bem como descobrir qual o lugar ocupado por elas na contemporaneidade, é fundamental para desvelar esse passado. Sabemos que entre as crianças que estão nas instituições de acolhimento e nas instituições de privação de liberdade, a maioria é composta por crianças negras (BRASIL, 2018). As que não estão presas estão morrendo, ou melhor dizendo, sendo assassinadas pelas forças de repressão do Estado que, sequer, respeita o direito fundamental à vida. Quando não morrem, estão sobrevivendo em condições precárias e subumanas nas grandes periferias e favelas espalhadas pelo país afora.

O grande desafio que se coloca é o de revisitar a produção acadêmica, histórica, jornalística, entre outras fontes documentais, tendo em vista inclusive a escassez de materiais que trabalham esta temática do ponto de vista histórico e numa perspectiva que dê visibilidade aos segmentos populacionais oprimidos e explorados, neste caso específico as crianças negras, e não a história dos exploradores e opressores, já que sobre esses já há uma vasta literatura.

Considerações finais

A obra pioneira da professora Ana Maria da Silveira é um rico material que pode ser acessado pelas/os pesquisadoras/es que têm a questão racial como objeto de suas pesquisas, mas especificamente o racismo na infância e seus desdobramentos na vida cotidiana das crianças, bem como na formação social do Brasil, na qual aspectos importantes são deliberadamente ignorados e apagados da história do nosso país.

A retomada da produção de Ana Maria da Silveira é mais do que uma homenagem pelo seu legado. É o reconhecimento de um trabalho que trouxe para a academia a discussão da questão racial e o impacto do racismo na infância, que continua atual e que expõe a mais do que urgente necessidade de que seja superado o racismo estrutural, que continua subjuguando crianças e suas famílias em decorrência de sua cor da pele.

O Brasil embora nos últimos anos tenha avançado nas discussões antirracistas e fortalecido os movimentos negros, ganhando espaço na mídia, ampliando direitos, ainda requer, de modo geral, muita luta para que sejam respeitados.

O Estado brasileiro com sua política neoliberal exacerbada, sobretudo, após o golpe político-parlamentar de 2016, em que se estabelece a PEC 55 no governo de Michel Temer, que congela as despesas do Governo Federal, com cifras corrigidas pela inflação, por até 20 anos, e com a assunção de Jair Bolsonaro (2019-2022), ampliou o desmonte de políticas públicas, interferindo diretamente na vida das camadas mais empobrecidas da classe trabalhadora. Além do que, a pandemia da Covid-19 recrudescer inúmeros problemas que implicam diretamente na sobrevivência de diferentes camadas da população, uma vez que houve aumento do desemprego, da insegurança alimentar dentre outros.

Muitos desses rebatimentos são transmutados em diferentes expressões da questão social e, no caso de crianças e adolescentes, acabam encontrando como resposta do Estado, o acolhimento institucional, sem contar aqui a internação dada pela MSE, quando não o seu extermínio.

O Brasil tem 30.967 crianças acolhidas em unidades como abrigos e 5.154 aptas para serem adotadas. Estes dados foram extraídos do *site* do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no dia 11 de junho de 2021. Deste total de crianças acolhidas, 28,3% são negras/os; 13,9% são identificadas/os como brancas/os e 57,3% constam como dados não informados. Os/as indígenas sequer aparecem nos dados disponibilizados pelo CNJ. Percebe-se além do número expressivo de crianças e adolescentes negras/os acolhidas/os, o extremo descaso com o tratamento das informações referentes à *raça/cor/etnia* desses segmentos populacionais expostos às mais diversas e precárias condições de sobrevivência institucional.

As informações acima demonstram um número maior de crianças negras/os em serviços de acolhimento. Ainda que sem nos aprofundarmos na questão do destino dessas crianças e adolescentes na realidade atual, podemos dizer que muito ainda se tem que fazer em relação à maneira como o Estado e a sociedade trata as crianças, adolescentes e jovens de maneira geral, mas sobretudo no que se refere às que pertencem ao segmento populacional negro do nosso país.

Como já apontado pela professora Ana Maria (2005, p. 17), a cor da pele se apresenta como um importante dificultador do acesso das crianças negras ao direito à convivência familiar adotiva. E, de lá para cá, nada mudou. Cada vez mais fica evidente que estes marcadores raciais se mantêm como fatores de obstrução e de interdição das oportunidades e das possibilidades de acesso da população negra aos seus direitos humanos fundamentais, especialmente a infância e juventude negras.

Suas constatações de 2005 continuam mais atuais do que nunca: os procedimentos, alguns protocolos e a elaboração de muitas políticas continuam contribuindo para a perpetuação do preconceito racial; as crianças negras continuam sendo preteridas nos processos de adoção por não se encaixarem nos padrões de beleza da brancura; a criança dos sonhos da grande parte das/os pretendentes à adoção continuam sendo as brancas; os negros continuam sofrendo os efeitos de uma sociedade preconceituosa, pautada na ideologia dominante de uma estética branca; ser negro no Brasil ainda significa ter oportunidades reduzidas em todos os setores da sociedade.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. *Pretendentes disponíveis X Crianças disponíveis para adoção*. 2021. Disponível em: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=cursel&select=clearall>. Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social. *Relatório da Pesquisa Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio aberto no Sistema Único de Assistência Social*. 2018. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/relatorios/Medidas_Socio_educativas_em_Meio_Aberto.pdf. Acesso em: 14 jun. 2020.

EURICO, Márcia Campos. *Racismo na Infância*. São Paulo: Cortez, 2020. 175 p.

FÁVERO, Eunice T. (coord.) Vários autores. *Perda do Pátrio Poder: Aproximações a um estudo socioeconômico*. São Paulo: Veras, 2000.

FREIRE, Fernando. Apresentação. In: SILVEIRA, Ana Maria da. *Adoção de crianças negras: inclusão ou exclusão?* São Paulo: Veras, 2005. p. 11-13. (Núcleos de Pesquisa, n. 8).

MATIAS, Dilza Silvestre Galha. Prefácio. In: SILVEIRA, Ana Maria da. *Adoção de crianças negras: inclusão ou exclusão?* São Paulo: Veras, 2005. p. 15-16. (Núcleos de Pesquisa, n. 8).

SILVEIRA, Ana Maria da. *Adoção de crianças negras: inclusão ou exclusão?* São Paulo: Veras, 2005. 142 p. (Núcleos de Pesquisa, n. 8).



São Paulo, Novembro de 2021.

Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças e Adolescentes:

Ênfase no Sistema de Garantia de Direitos

NCA-SGD | PEPGSS-PUCSP

Sobre o NCA-SGD



NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: ÊNFASE NO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

A política para crianças, adolescentes e jovens tem sido palco de contínuos e intensos confrontos de concepções e de práticas, especialmente em torno da doutrina de proteção integral preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Apesar dos avanços alcançados após a sua promulgação, são recorrentes e cada vez mais acentuados os movimentos com vistas a alterações e retrocessos na legislação e na política social da área em desacordo com os princípios estabelecidos na Constituição Federal e no ECA. Na perspectiva da intransigente defesa dos direitos das crianças, do/as adolescentes, do/as jovens e de suas famílias, o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças e Adolescentes se ocupa da investigação em torno das questões da área, privilegiando o Sistema de Garantia de Direitos, de modo a subsidiar as reflexões e as intervenções profissionais nos vários âmbitos do poder público e da sociedade civil.

Coordenação: Profa. Dra. Eunice T. Fávero

E-mail: nucleoncasgd@pucsp.br

Site: <https://www.pucsp.br/nca-sgd>

YouTube: <https://www.youtube.com/channel/UCU3jVMHXVCZwobT-olcSskA>

Endereço: Rua Monte Alegre, 984 – 4º andar/PEGSS. Perdizes, São Paulo - SP, CEP 05014-901

